

# Fragmentos Eloquentes \*

## Speaking Fragments

Martha Helena Loeblein Becker Morales \*\*  
mhlbecker@gmail.com

**Resumo:** Qual o valor de um fragmento sem contexto? Partindo deste questionamento, proponho a reflexão acerca das louças do acervo arqueológico do Museu Paranaense, argumento inserido na observação das relações entre arqueologia e história construída dentro desta instituição em âmbitos diversos – publicações, estudo do acervo e exposição. Como recorte, este trabalho visa considerar a potencialidade do estudo do material categorizado como louça arqueológica diante da separação a que é submetida em relação a peças das coleções associadas ao setor de História. Estabelecidas as fronteiras, a restrição na produção de conhecimento inflige a dúvida: o silêncio dos fragmentos é um dado factual ou sintoma de conservadorismo? Afinal, muito se disse sobre a incapacidade de *falar* das fontes – fala, sim, o pesquisador. O silêncio da problematização da louça arqueológica do MP tem sua procedência na mudez que lhe foi imposta pelo tratamento marginal. Enfim, o objetivo aqui é colocar em debate as atitudes cerceadoras que impomos aos nossos objetos de estudo, muitas vezes causadas pela resistência em olhar além de metodologias naturalizadas de tratamento das evidências. Não pretendo oferecer a fórmula ideal para interpelar registros do passado, mas plantar a inquietação necessária para enriquecer o universo de possibilidades interpretativas de resquícios insignificantes que transbordam de significado.

**Palavras-chave:** louça, fragmento, acervo

**Abstract:** *What's the value of a fragment without a context? From that question I propose to consider the pottery collection from the Paranaense Museum, from a perspective regarding the relationship between archaeology and history built by this institution in different realms – publications, collection studies and exhibits. As an extract, this paper aims the particular potential behind the study of the artifacts categorized as 'archaeological pottery' given its separation from the objects associated with the History department. Once the frontiers are set, the restriction on the production of knowledge leaves the doubt: is the silence of the fragments a given fact or a symptom of conservatism? After all, a lot has been said about the inability of sources to speak – it is the researcher whom really does the speaking. The silence behind the questioning of the archaeological pottery from PM has its origin in the muteness set by the marginal treatment it has received. Ultimately, the goal of this paper is to start debating the restrictive attitudes which we impose to our objects of study, caused many times by our resistance to look beyond naturalized methodologies of processing evidence. I do not wish to establish an ideal formula for dealing with the remains of the past, but to encourage the much needed unrest to enrich the universe of possible interpretations of those meaningless vestiges which overflow with meaning.*

**Keywords:** *pottery, fragment, collection*

\* As ideias presentes neste artigo foram inicialmente apresentadas em formato de comunicação oral na VI Semana de Antropologia: Desafios da Alteridade, da Universidade Federal do Paraná, em novembro de 2014.

\*\* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Têm experiência em estudos de cultura material, principalmente pelo viés arqueohistórico, e no tratamento musealizado do patrimônio tangível.

## Introdução

Este artigo compõe a tese de doutorado *Fragmentos de história: passados possíveis no discurso da arqueologia histórica*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná em abril de 2014. A problemática central do referido trabalho é o questionamento de qual passado histórico e arqueológico é construído pelo Museu Paranaense (doravante, MP) em dois âmbitos – o das publicações dirigidas a um público especializado e o das exposições vivenciado pelo público em geral. Em suma, quais os resultados, consequências e possibilidades operacionalizados nessa construção? O texto que segue, no entanto, é um recorte específico originado da reflexão acerca do tratamento despendido para com as coleções de cerâmica branca, a *louça*, desde o momento de sua incorporação à instituição.

Tratado como um breve estudo de caso, as coleções foram mapeadas e diagnosticadas, para então serem submetidas a um trabalho analítico. É esta etapa final que apresento no momento, com questões que circundam o problema do *contexto*, um conceito arqueológico primordial; os procedimentos reticentes e subentendidos que determinam a composição do acervo arqueológico histórico; a relação com o *lixo* como algo a ser patrimonializado; o elemento nacional apagado nas análises que priorizam o estrangeiro; e, finalmente, a dicotomia *louça arqueológica/ louça histórica* que se firmou no MP.

## Uma breve ‘biografia’ das coleções: mapeamento e diagnóstico

O Museu Paranaense tem hoje um acervo com cerca de 400 mil itens, divididos em coleções que, embora se encontrem todas sob a guarda do setor de museologia, são seccionadas em conformidade com os atuais setores técnicos – antropologia, arqueologia e história.

Há uma diversidade muito grande de categorias materiais presentes nestas coleções, produto de doações espontâneas, compra de acervos particulares, exposições e coletas científicas, por exemplo. Apesar de ter passado por reformulações e divisões ao longo de seus mais de 130 anos o MP ainda conta com objetos e documentos incorporados na época de sua fundação, além de um volume expressivo de coleções que receberam pouca (ou nenhuma) análise aprofundada.

Procedendo ao mapeamento físico do material em questão, um caráter hierarquizante esclarecedor colocou os fragmentos de louça arqueológica em relação polarizada com as peças de louça do acervo de história. No *Pavilhão de História do Paraná*, circuito de longa duração com dois andares, as 21 peças de louça expostas compunham um grupo de cunho comemorativo, associado ao status político e social mais alto, à celebração de conquistas militares e ao rito religioso hegemônico. Valorizadas por seu cunho estético ou pela associação direta a alguns nomes da história oficial paranaense e nacional, todas fazem parte do acervo do setor de história, não havendo sequer uma louça ‘arqueológica’ presente no mesmo espaço expositivo. É importante pontuar, portanto, que todas as coleções de louça do acervo arqueológico mapeadas estavam, sem exceção, acondicionadas na reserva técnica.

Foram identificadas 32 coleções com louça no acervo arqueológico do MP, totalizando 1848 fragmentos numerados individualmente, incorporados ao museu entre os anos de 1957 e 2012. Há uma alta concentração deste material a partir dos anos 2000, uma vez que a ação coletora dos trabalhos arqueológicos foi afetada pela intenção de aprofundar a análise de períodos históricos mais recentes. O mapeamento na reserva técnica demonstrou que nem todas haviam passado pelos devidos procedimentos laboratoriais e, em outros casos, seria necessário repetir as etapas de higienização, para

eliminar contaminações, e de numeração, devido ao desgaste ocasionado pela ação do tempo. Quantificadas as coleções e suas particularidades, alguns questionamentos foram desenvolvidos com base na potencialidade que esta cultura material apresenta para a reflexão sobre acervos arqueológicos em museus.

### Problematizações e potenciais: a eloquência dos fragmentos

Um fragmento sem contexto tem seu valor de análise reduzido? Por acaso a ausência de proveniência limita as observações aos traços técnicos de produção do objeto? Estes questionamentos foram os primeiros a surgir quando se avolumaram as coleções mapeadas originadas de prospecções, classificadas pelos relatórios como material estranho ao sítio de fato, como intrusão superficial posterior às ocupações de real interesse de estudo. Perguntei-me, enfim, se o *silêncio* da louça dita arqueológica, sem dados estratigráficos conclusivos, impossibilitaria a execução de uma tese que procurava entender o potencial desta cultura material em construir discursos históricos e arqueológicos no Museu Paranaense.

A noção mais comum de contexto, ou seja, o local em que determinado artefato ou fragmento foi encontrado, registrado e coletado, define boa parte das interpretações posteriores acerca das coleções arqueológicas, informando o conjunto material no qual se inseria, a profundidade e associação a camadas orgânicas de ocupação humana, o posicionamento geográfico no sítio determinante de seu uso, descarte e remoção do convívio diário. Entretanto, antes do trabalho de escavação ou de abertura de poços-teste, o qual fornece este tipo de dado, a prospecção realizada em superfície opera uma coleta que, muitas vezes, lida com fragmentos

removidos de seu contexto de enterramento original, seja pela chuva, pela ação antrópica, por qualquer outro impacto no subsolo, ou ainda, com objetos de descarte bastante recente. Portanto, repito, o silêncio estratigráfico seria um impedimento?

Na tentativa de contornar a situação, o primeiro passo foi a busca por problemáticas semelhantes na bibliografia de outros pesquisadores, com um resultado muito satisfatório. Weismantel (2011), analisando cerâmicas Moche de formas sexuais cujos dados contextuais foram apagados por anos de conquista e dominação colonial, concluiu que o silêncio contemporâneo destes objetos é imposto por nós mesmos, que nos fazemos surdos à diferença, aos elementos que não conseguimos encaixar em nossos quadros classificatórios. O objeto de estudo da autora era muito diferente das louças do MP, principalmente em termos produtivos e cronológicos, no entanto, sua postura foi suficiente para inspirar o esforço em olhar além do tipo de análise técnica e socioeconômica a que esta cultura material vem sendo submetida desde que passou a ser considerada de interesse arqueológico. A partir da leitura de seu trabalho e de outros<sup>1</sup>, retirei o foco do que *não* seria possível fazer para refletir sobre *outras* possibilidades, permitidas dentro da especificidade da amostra. Dessa forma, passei a encarar esta análise como um estudo do **terceiro contexto** da louça, do momento em que os muitos fragmentos, pequenos e com poucos dados estratigráficos, são categorizados como ‘coleção de museu’ e entram na dinâmica institucional que ditará sua reconfiguração e reinserção, ou não, no cotidiano das pessoas.

Considerarei o contexto primário da louça como sua produção, venda e consumo (MAJEWSKI; SCHIFFER, 2009), incluindo aí todos os usos a que seus con-

<sup>1</sup> Neste sentido, cito principalmente os estudos de cultura material pelo viés do gênero, como o de Whelan (1991), e os de reciclagem e reaproveitamento das peças de louça após sua quebra, como o de Etchevarne (2003).

sumidores podem tê-la submetido até o momento de seu descarte, por fatores como a quebra, por exemplo. A partir da sua retirada do circuito da utilidade, seja funcional ou simbólica, e sua deposição em local de refugio, determino a potencialidade de esta condição vir a se tornar o segundo contexto, o arqueológico, por meio do estudo sistemático e caracterização de sítios conforme parâmetros tidos como acadêmicos – culminando, assim, no terceiro contexto, o de guarda institucional, já elevados os fragmentos a patrimônio material a ser protegido. Admito que a configuração destes três momentos contextuais não contempla a totalidade de situações possíveis para a cultura material, com cenários em que o consumidor a requalifica como herança familiar e a preserva até o momento em que o sentido privado pode tornar-se público ao ser doado a um museu e exposto como símbolo de uma época ou de um personagem, suprimindo o estágio de descarte e recuperação arqueológica. Contudo, sem a pretensão de esgotar as possibilidades, este arranjo tríplice é adequado ao caso das coleções de louça do acervo de arqueologia do MP, no qual mesmo a coleção 6.2010, fruto de doação, foi retirada de um contexto de descarte, em condição fragmentada, por indivíduos que apreciaram seu valor arqueológico.

Neste ‘terceiro contexto’, a categorização dos fragmentos em termos técnicos, de pasta e decoração, foi importante para a produção de um inventário das coleções, um banco de dados básico necessário para que a instituição conheça o material do qual dispõe para construir as narrativas expositivas, mas, também, para que estabeleça normativas de conservação que garantam a preservação do acervo. Da mesma forma, mapear as informações disponíveis sobre estas coleções, tanto no que diz respeito às relações e fichas arquivadas pela instituição quanto aos relatórios de pesquisa que informam sua proveniência, expõe as circunstâncias em que este material foi recolhido e o grau de valorização que

recebeu durante e após sua coleta. Sua localização física na estrutura do prédio do MP é de igual importância, pois a reserva técnica pode representar um novo enteramento, tão ou mais definitivo quanto o momento de seu descarte. E, se as caixas do subsolo ‘apagam’ os fragmentos, enfatizando seu silêncio, por que preservá-los? Aliás, por que coletá-los?

É interessante questionar este momento a partir do qual os objetos familiares ao pesquisador figuram entre a cultura material de interesse arqueológico, apesar de serem elementos que não causam estranheza e cuja interpretação poderia parecer óbvia – um domínio da arqueologia histórica e de seu desdobramento mais recente, a ‘arqueologia do passado contemporâneo’, fazendo com que a louça apareça ao final da década de 1950 como um item do acervo arqueológico do MP. Ao me perguntar por que a equipe coordenada pelo casal Emperaire teria coletado 26 fragmentos de louça branca em 1957, incorrendo em sua preservação perpétua pela instituição de guarda que os receberia, a princípio, infiri uma mudança no pensamento dos arqueólogos, diante do que significa cultura material, bem como do estudo de uma ocupação humana, vislumbrando os vários grupos que passam por um mesmo espaço e o interpretam e utilizam de diferentes formas. Assim, coletar o familiar, coletar a si mesmo, poderia indicar que a arqueologia se via enfim disposta a olhar para si, a se colocar em relação com o outro, de maneira quase empática.

Porém, no que se refere ao contexto do museu, onde a preservação dos 26 fragmentos da Ilha do Corisco se daria desde então, o peso do que é coletado, do motivo da coleta, é um aspecto de consequências incontornáveis, uma vez que o descarte de acervo é um forte tabu. O processo de tombamento da cultura material e imaterial, a transformação criteriosa em patrimônio, é um tema bastante debatido nas ciências humanas, por outro lado, o inverso, o destombamento de bens móveis

e imóveis é um assunto delicado que, vez ou outra, emerge em discussões acaloradas nos congressos. A situação configura um verdadeiro problema, pois, como afirma Bell,

*não dispondo de diretrizes sob os métodos de como desprezar partes de uma coleção, seja por parte de sua própria disciplina de parte dos órgãos federais, a maioria dos arqueólogos e dos depositários vem criando abordagens cada vez mais conservadoras, retendo virtualmente todo o material recuperado em campo. Paralelamente ocorre uma mudança de rumo na comunidade dos museus, de um modo geral, com referência ao conceito de guarda das coleções enquanto bem público, ao invés da noção de real propriedade das coleções (BELL, 1993, p. 33-34).*

Sendo assim, a necessidade de salvaguarda perpétua do material coletado em campo e inserido no livro tombo do museu gera um impasse de ordem espacial, pois chegará o momento em que, literalmente, não haverá espaço para aquisição de novos acervos. O problema está na dificuldade em estabelecer um diálogo a este respeito, dada a conotação de crime contra o passado associada ao descarte – uma postura que ignora, portanto, o quanto o passado não existe como um ente a ser apreendido e omite as atitudes inerentes a instituições que possuem limitações físicas, financeiras e temáticas.

Eis um paradoxo curioso: o trabalho de campo arqueológico é iniciado por pesquisa bibliográfica que depois orienta o olhar na busca por traços materiais em situação de afloramento, por meio de prospecção e coleta superficial, culminando, nem sempre, na escavação sistemática de um determinado número de sítios localizados em região de impacto direto, sob ameaça de per-

da irreparável de conhecimento sobre o passado. Há algum tempo, arqueólogos reconhecem que esta conduta profissional acarreta em resultados definidos pela relação triangular entre tempo de execução X recursos humanos X recursos financeiros, conduzindo à obtenção de um conjunto de amostragens acerca da ocupação investigada, mas dificilmente total e completa. Permite-se, dessa forma, que o pesquisador registre a presença de materiais, mas não os colete, devido a sua frequência, ao seu tamanho e peso, ou a sua relevância para a problemática de pesquisa. Esta postura não é incomum na atualidade, exposta tanto em relatórios e artigos, como em conferências e salas de aula. Todavia, quando está em pauta o abarrotamento de acervos sob a guarda de museus, o debate esbarra na posição conservadora de que, uma vez coletados e incluídos no arquivo, jamais podem ser dali retirados.

Preciso esclarecer que não estou argumentando a favor do descarte de acervos como no caso da Biblioteca Pública Pelotense que, há cerca de dois anos, ocasionou uma moção de repúdio redigida pela Associação Nacional de História (ANPUH), denunciando a entrega de grande volume de documentos oficiais e periódicos para reciclagem de papéis.<sup>2</sup> O que procuro expor neste momento é a necessidade crucial de abordar o problema de frente, pôr em discussão a criação de comissões multidisciplinares que se dediquem a amadurecer os procedimentos de aquisição de acervo e, quando necessário, tomar as decisões de repasse a outras instituições cujo enfoque possibilite um melhor aproveitamento de determinados conjuntos materiais.

Não há dúvidas de que, caso os fragmentos de louça arqueológica tivessem sido preteridos na coleta, descartados pelo museu ou entregues a outra instituição, este trabalho não teria sido feito, mas a sua locali-

<sup>2</sup> A moção circulou por correio eletrônico, entre os sócios da seção do Rio Grande do Sul, e pode ser consultada em: <<http://acervosrs.blogspot.com.br/2011/06/mocao-de-protesto-contr-o-descarte-da.html>>.

zação quase permanente na reserva técnica, seja por falta de inserção na narrativa expográfica ou por ausência de interesse em seu estudo, persistiu como foco de inquietação durante toda minha análise. Ao me perguntar o que poderia explicar a presença destes fragmentos e o gasto de recursos públicos em sua conservação, as diversas pesquisas dedicadas à louça de contextos arqueológicos pareceram uma justificativa simples e direta, como uma classe material frequente e durável, um marcador cronológico eficiente, um depoimento da industrialização. Contudo, isto basta? E os muitos fragmentos indefinidos, sem decoração nem indicação de qual recipiente um dia compuseram? Seu volume é justificável?

Na busca por uma solução, o artigo de De Blasis e Morales (1997) apontou para um caminho interessante, a função educativa. Deparados com parte de uma coleção de artefatos líticos sem qualquer contexto arqueológico, propuseram que fossem utilizados em situações didáticas de monitorias de exposições ou em sala de aula, permitindo o manuseio da cultura material – outro tabu difícil de romper em instituições museais. No caso dos muitos fragmentos repetidos de louça do MP, a proposta dos autores é uma alternativa muito interessante, construindo uma ponte entre os setores técnicos de pesquisa e conservação e a equipe de ação educativa, por meio de projetos de trabalho visando públicos específicos. O manuseio da louça favorece, também, a transmissão de técnicas de análise para novos membros da equipe ou pesquisadores externos, pois o tato, como a visão, é um aliado na identificação das muitas variedades de pasta e de algumas técnicas decorativas sobre o esmalte. Vencido o empecilho do manuseio do patrimônio por mãos pouco especializadas, outras possibilidades podem ser exploradas, como a análise

se em laboratório de mineralogia, que auxilia na determinação mais exata da composição físico-química das pastas, mas necessita de uma amostra passível de se submeter a técnicas destrutivas.

Todas estas propostas exigem uma flexibilização no tratamento reservado aos bens patrimoniais. A noção de congelamento do passado é proporcionada por técnicas de restauro e conservação modernas, mas que não saltam aos olhos leigos, agindo de maneira quase invisível. No entanto, a extração do passado e seus fragmentos do cotidiano e sua elevação a algo que deve ser admirado, mas não tocado (e sentido), impõe um distanciamento que nem sempre é interessante para o aproveitamento do potencial simbólico daquele passado. Portanto, permitir o toque em um museu, rompendo o limite da vitrine e das balizas, pode trazer novas visões sobre aquele patrimônio e estabelecer novas relações entre o visitante e a instituição. É uma forma diferente de olhar para o passado construído pelo museu, de entendê-lo e questioná-lo.

É uma forma, também, de fazer o visitante ou o estudante compreender e participar do processo de patrimonialização em si, pois, no caso da louça do acervo arqueológico, trata-se de *lixo* ressignificado por autoridades científicas. Lowenthal (1985, p. 363) lembra que “cada geração dispõe seu próprio legado, escolhendo o que descartar, ignorar, tolerar ou valorizar, e como tratar o que é mantido”<sup>3</sup>, um processo cada vez mais regido por um grupo de especialistas que pode não priorizar a consulta aos possuidores do legado, ensinando-os o que lembrar e o que esquecer, o que preservar e o que destruir. Quando se trata de justificar a preservação de um material tão familiar e cotidiano quanto a louça, algo que as pessoas de hoje utilizam e substituem com extrema facilidade, apresentado aos cacos, imperfeito e

<sup>3</sup> No original, “every generation disposes its own legacy, choosing what to discard, ignore, tolerate, or treasure, and how to treat what is kept”.

incompleto, não basta chamá-lo de arqueológico. É necessário que o ouvinte seja exposto a um raciocínio semelhante àquele que levou os pesquisadores a olharem para estes cacos na segunda metade do século XX, refletindo sobre a importância de estudar a própria relação com a cultura material, inclusive a relação com a materialidade que não se quer mais por perto.<sup>4</sup> Por outro lado, incutir no público este questionamento poderia levá-lo a refletir sobre a transfiguração do que não se quis em algo outra vez desejável, sobre o crescimento da patrimonialização do lixo, numa reciclagem constante de significados em uma sociedade marcada pela obsolescência material.

São questionamentos como este que reforçam a importância da incorporação destes fragmentos no discurso expositivo e na proposta educativa do MP. Etiquetas em vitrines poderão informar que se trata de faiança fina decorada pela técnica do *transfer printing*, em tom azul cobalto, com cena chinesa e borda geométrica, com data de fabricação aproximada entre 1780 e 1850 na Inglaterra, em fragmento proveniente de escavação arqueológica no Centro Juvenil de Artes Plásticas, mas é possível fazer mais do que apenas descrevê-lo. Por isso, procurei pensar na narrativa do fragmento como um componente da dinâmica cotidiana do museu, como algo que entra de determinada forma no acervo e é tratado de acordo com uma série de recomendações legitimadas por instituições maiores, mais antigas, com mais recursos, mais profissionais e mais fama. Considerei-o parte da estratigrafia do museu, acondicionado na camada mais inferior, protegido de tudo e de todos, sobretudo, do toque e do olhar. Neste contexto de silêncio, de tabus, promover indagações constantes é a forma mais prolífica de valorizá-los, questionar por que foram

descartados, coletados, preservados, apagados, patrimonializados. Questionar, enfim, o que têm a oferecer que outros acervos não têm.

Neste sentido, o que mais se destaca nas coleções de louça do acervo do MP é a presença maciça de louça brasileira, fabricada ao longo do século XX e, muitas vezes, ignorada pela arqueologia histórica urbana preocupada com o período oitocentista, se não confundida com material estrangeiro. Souza identifica este problema metodológico com precisão ao afirmar que

*a existência de louças brasileiras em meio às estrangeiras transporta a cronologia da ocupação para datas mais recentes, o que não ocorre se a louça brasileira não for identificada. Sem essa identificação não apenas a cronologia será recuada em muito no tempo, como também estarão comprometidas todas as interpretações em torno das discussões sobre o status socioeconômico dos consumidores daqueles produtos, uma vez que a faiança fina brasileira era um produto mais barato que ganhou os mercados, desbancando a louça estrangeira, no começo do século passado (SOUZA, 2012a, p. 1143).*

Assim, a análise visual dos fragmentos pode levar à classificação de louça nacional da década de 1950 como porcelanas de meados do século XIX, ou mesmo *ironstone* ainda mais antiga. O erro provém tanto do desconhecimento de pesquisadores, cujo olhar foi treinado para reconhecer peças de produção estrangeira, quanto pelo impulso em atribuir antiguidade à ocupação do sítio. A coleção 72.2005 é um exemplo interessante deste caso, correspondente ao material obtido na escavação de camadas superiores do sítio e apresentando um volume de fragmentos de porcelana nacional que poderia ter induzido a erros substanciais. Por outro la-

<sup>4</sup> Sobre a prática das lixeiras nos quintais das casas do século XIX e início do XX, Souza (2012b, p. 135-136) escreveu que “ela faz parte do ideal do lixo que não se quer mais ver, do enterramento dos restos para impedir a proliferação dos gases pestilentos e miasmas e, concomitante, de estratégias culturalmente orientadas para resolver a problemática, ainda bastante atual, da produção de resíduos no mundo urbano. Algum tempo depois, em torno dos anos 1950, o lixo que não se quer mais se ver passa a ser destinado aos aterros sanitários, prática do pós-guerra que ganhou popularidade ao ‘banir’ do convívio social os vestígios de nossas atividades”.

do, a grande vantagem das louças nacionais recentes é a presença frequente de selos de fabricante em suas bases, uma fonte valiosa de informações.

Não apenas o acervo de arqueologia, mas o do setor de história do MP tem presença abundante de peças de produção local, catarinense e paulista. O estudo em conjunto de ambos os acervos é um caminho de análise com potencial interessante, mas exige primeiro que o inventário das peças de história seja realizado com parâmetros similares. Classificadas em termos formais e funcionais, agrupadas em baixelas ou como coleções de personagens históricos, as peças daquele acervo são, com frequência, chamadas de porcelana, como na exposição temporária *Porcelana utilitária: a beleza sempre presente*, realizada em 2011 pelo MP. Havia na sala etiqueta sobre ‘faiança’, ‘faiança portuguesa’ e ‘pó de pedra’, mas era a ‘porcelana’ o centro da proposta – mesmo que nem todas as peças assim identificadas o fossem. A questão é que há certa conotação de refinamento e luxo associada ao termo, como explica Kistmann:

*porcelana, no Brasil, é uma designação utilizada genericamente de forma bastante imprecisa para peças produzidas em cerâmica branca. Popularmente, porcelana é a louça fina, que apresenta características formais que nos remetem à porcelana do século XVIII e XIX. Muitas das peças que popularmente são chamadas de porcelana, na verdade são variações da porcelana, grês ou faianças (KISTMANN, 2001, p. 131).*

Sendo assim, o setor de história adota, ainda que de maneira inconsciente, uma determinada postura ao tratar as cerâmicas brancas de seu acervo, a princípio, como ‘porcelana’. Para contrapor as coleções, seria necessário uniformizar as nomenclaturas a fim de construir um quadro classificatório que permita o cruzamento de informações, porém, é viável refletir sobre suas relações em outros sentidos.

Por ora, vou me ater à dicotomia *louça histórica X louça arqueológica*, como separação didática que se instaurou no MP sem grande discernimento crítico. Em suma, no cotidiano do museu, denomina-se **louça histórica** aquela peça de cerâmica branca inteira, ou quase completa por restauração, adquirida por meio de doação ou compra de acervo, mantida entre os objetos tridimensionais do setor de história. Há peças estrangeiras e nacionais neste acervo, em geral apresentando pelo menos outra peça em conjunto, quando não singularizada por apresentar um brasão, uma cena histórica ou um aspecto visual comemorativo.

No outro extremo, as coleções em foco nesta análise conformam a **louça arqueológica** do MP, provenientes de trabalhos de campo da arqueologia e de doação, com uma característica invariável – encontram-se todas em estado fragmentado. Em termos de contexto, a situação de produção, venda e consumo tanto das peças ‘históricas’ quanto das ‘arqueológicas’ não deve ter sido muito diferente, tendo em vista que vários fragmentos podem ser comparados às peças inteiras do acervo. O que as torna divergentes é a sequência da trajetória, tendo os pratos comemorativos, por exemplo, passado de geração a geração, recebendo cuidados e pequenos concertos conforme a necessidade, enquanto os pratos de uso diário nas refeições sofreram desgaste ou quebras acidentais, sendo tão logo descartados e substituídos. Tanto o prato comemorativo quanto o de uso diário chegaram ao museu e, embora pudessem vir da mesma casa ou do mesmo bairro, agora ocupam lugares diferentes ancorados em seus significados distantes. O sentido de posteridade na produção do primeiro definiu sua longevidade, preservado desde antes de compor um acervo público; a funcionalidade cotidiana do outro o fez *lixo* antes de torná-lo *patrimônio*, favorecido pela ressignificação do conceito de cultura material.



Em última instância, ambos são cultura material. Qualquer um dos dois pode ser objeto de estudo de um historiador ou de um arqueólogo. Na estrutura do MP, entretanto, a adjetivação ‘histórica’ e a ‘arqueológica’ impõe uma barreira que não os permite dialogar, que não os considera um produto material semelhante cujos sentidos simbólicos atribuídos determinaram usos e desusos que afetam, hoje, seu posicionamento no tratamento e na linguagem museológica. O mapeamento dos fragmentos relegados ao subsolo em oposição a suas contrapartes históricas expostas é uma característica marcante da separação disciplinar corrente no MP, mas a segmentação é também perceptível no circuito expositivo de longa duração – o âmbito de maior visibilidade pública da instituição.

## Considerações finais

A louça atua como metáfora nesta discussão. Do ponto de vista da arqueologia, ela simboliza o momento em que o pesquisador olhou para o próprio passado, pensou sua própria relação com o mundo material. No MP, a louça do acervo de arqueologia surge como uma flexibilização da noção de cultura material arqueológica, um ponto de quebra com o tipo de artefato normalmente exposto ao público como fruto de escavação. Porém, esta flexibilização encontra um impasse na permanência de uma hierarquização entre a louça *histórica*, inteira e associada a grandes nomes, e a louça *arqueológica*, fragmentada e anônima.

O lugar dos fragmentos, na reserva técnica e nas exposições de curta duração, os coloca fora da narrativa principal do circuito permanente. É o *lixo* que fora patrimonializado, novamente descartado. A visão de que não há nada a ser dito, a percepção de insignificância, reforça a necessidade de o museu dispor de um determinado tipo tradicional de artefato, com autenticidade e integridade garantidas. Mas nesse aspecto, repito: por que coletar? Ora, a inclusão destes fragmentos no acervo implica em sua guarda e conservação eternas. Parece cada vez mais claro que, talvez, os fragmentos não tenham nada a acrescentar a uma narrativa linear que encadeia as disciplinas de arqueologia, antropologia e história como sucessões no tempo, afinal, não há espaço ali para o que já foi desprezado. Por outro lado, os fragmentos têm algo a dizer, ou melhor, permitem que se diga algo diferente a seu respeito, como ganchos reflexivos que poderiam fazer parte de outro tipo de circuito expositivo.

Creio que os desdobramentos deste tipo de estudo da cultura material no último meio século, bem como a abertura dos acadêmicos e profissionais do ramo às implicações políticas de suas escolhas e decisões, evidenciam a transformação das formas de se construir o passado. Consequentemente, o processo construtivo está mais exposto e mais participativo, demonstrando que *guardar* e *olhar* não são atitudes neutras, ontem ou hoje.

## Referências bibliográficas

- BELL, Jan. Gerenciamento e proteção de coleções arqueológicas. II workshop de métodos arqueológicos e gerenciamento de bens culturais. *Caderno de Debates*, 2, 1993, p. 231-240.
- DE BLASIS, Paulo; MORALES, Walter. O potencial dos acervos antigos: recuperando a coleção 030 do Museu Paulista. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 7, 1997, p. 111-131.
- ETCHEVARNE, Carlos. A reciclagem de faiança em Salvador. Contextos arqueológicos e tipos de reutilização. *Clio – Série Arqueológica*, 16, 2003, p. 103-118.
- KISTMANN, Virginia Borges. *A caracterização do design nacional em um mercado globalizado: uma abordagem com base na decoração da porcelana de mesa*. Florianópolis, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. New York: Cambridge University Press, 1985.
- MAJEWSKI, Teresita; SCHIFFER, Michael Brian. Beyond consumption: toward an archaeology of consumerism. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David (eds.) *International handbook of historical archaeology*. New York: Springer, 2009, p. 191-207.
- MORALES, Martha Helena Loeblein Becker Morales. *Fragmentos de história: passados possíveis no discurso da arqueologia histórica*. Curitiba, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Paraná, 2014.
- SOUZA, Rafael de Abreu e. A epidemia do branco e a assepsia das louças na São Paulo da Belle Époque. *História, ciências, saúde*, 19(4), 2012<sup>a</sup>, p. 1139-1153.
- \_\_\_\_\_. Viver em Pinheiros, São Paulo (1850-1950): casa, quintal e refugio. *Revista de Arqueologia*, 25(1), 2012b, p. 126-143.
- WEISMANTTEL, Mary. Obstinate things. In: VOSS, Barbara; CASELLA, Eleanor (eds.) *The archaeology of colonialism: intimate encounters and sexual effects*. New York: Cambridge, 2011, p. 303-320.
- WHELAN, Mary K. Gender and historical archaeology: eastern Dakota patterns in the 19<sup>th</sup> century. In: SEIFERT, Donna J. (ed.) *Gender and historical archaeology*. *Historical Archaeology*, 25(4), 1991, p. 17-32.

*Submissão: 20/04/2015*

*Aceite: 27/09/2015*